

**NO COVIL COM LEÕES!**  
**SOBRE GOVERNANTES CORROMPIDOS E PRESIDENTES**  
**COM ESPÍRITO EXCELENTE (DN 6)\***

*Lília Dias Marianno\*\**

**Resumo**

*Este artigo apresenta as palavras em ação na elevação de reis e poderosos, evidenciando um contexto no qual o justo é caluniado e difamado, os corruptos e gananciosos detêm o poder durante algum tempo, mas a palavra final é do Deus do universo, que constitui reis e depõe reis, levanta e destrona os poderosos, mas preserva aqueles que se colocam a serviço do direito e da justiça e que atuam como seus profetas. A estes ele dá livramento, e sobre os corrompidos exerce sentença e juízo irremediáveis. Por fim convoca-nos a copiar a integridade de Daniel em nossa espiritualidade.*

**Palavras-chave:** *Justiça. Palavra. Poderes. Profecia. Atitude.*

\* Sou devedora a alguns autores que me auxiliaram na construção deste texto: DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos. Vol. 2: da época da divisão do reino até Alexandre Magno*. São Leopoldo/Petrópolis: Sinodal/Vozes, 2000. SELLIN, Ernst; FOHRER, G. *Introdução ao Antigo Testamento*. 3. ed. Volume 2. São Paulo: Paulinas, 1977. GUNNEWEG, Antonius G. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. Série Biblioteca de Estudos do Antigo Testamento. São Paulo: Loyola, 2005. KIRST, Nelson et al. *Dicionário Hebraico-Português e Aramaico-Português*. 28. ed. São Leopoldo/Petrópolis. Sinodal/Vozes, 2013. MAZAR, Amihai. *Arqueologia na terra da Bíblia (10.000-586 a.C.)*. Coleção Bíblia e Arqueologia. São Paulo: Paulinas, 2003. PYNE, J. Barton. *Ruah*. Em: HARRIS, Richard Laird; ARCHER, Jr., GLEASON L.; WALTKE, Bruce K. *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998. SICRE, José Luis. *Profetismo em Israel: o profeta, os profetas, a mensagem*. Petrópolis: Vozes, 1996. ZENGER, Erich, et al. *Introdução ao Antigo Testamento*. Série: Coleção Bíblica 36. São Paulo: Loyola, 2003. Os trechos bíblicos transcritos neste artigo foram extraídos da *Bíblia Vozes* (Edição da família), 45. ed., Petrópolis: Vozes, 2001. A análise lexicográfica foi realizada sobre o texto hebraico de Daniel da *Bíblia Hebraica Stuttgartensia*. Stuttgart: Deutsche Bibelstiftung Stuttgart, 1967/77.

\*\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologias da Universidade Federal do Rio de Janeiro (HCTE/UFRJ), Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e Mestre em Teologia Bíblica pela Faculdade Batista do Rio de Janeiro (FABAT/STBSB).

**Abstract**

*This article introduces the words in action, on of empowerment processes of kings and governors, evidencing a background where the righteous man is condemned, the injustice and corruption prevail for a while, but the final word came from the God of universe, who gives power to kings, brings them and also take of them from the thrones, but protect those who are working for justice and righteousness, those who act as his prophets. For them he gives deliverance and over the corrupted power man, makes irreversible sentence and judgement. At the end, invite us to copy Daniel's integrity in our spirituality.*

**Keywords:** *Justice. Word. Empowerment. Prophecy. Attitude.*

**Introdução: está Daniel no meio dos profetas?**

Trocando o nome dos personagens, deparamos com um dito irônico muito antigo em Israel, que tornou-se famoso porque Saul, sem pertencer ao círculo de profetas, depois de ter sido ungido rei por Samuel, passou a comportar-se como sendo um dos discípulos dos profetas. O dito passou a ser usado para salientar o estranhamento das pessoas que não acreditam naquilo que estão presenciando (1Sm 10,1-13). Tomando essa pergunta como provocação, podemos usá-la para questionar o porquê de Daniel estar inserido em diferentes setores quando são comparados os cânones hebraico, grego e cristão reformado. A tensão principal está justamente na categorização de Daniel como um entre os profetas.

Denominar Daniel como um profeta reflete uma tensão muito mais linguística do que funcional, em termos de profecia. No hebraico várias expressões categorizam as diversas naturezas de mediadores proféticos entre o presente e o futuro como: o vidente (*roeh*), o visionário (*hozeh*), o homem de Deus (*ish elohim*), profeta (*nabi*) e sua forma feminina, a profetisa (*nebiah*)<sup>1</sup>. Mas no grego só existe a palavra profeta para designar a reunião destas diferentes funções. Foi a partir da tradução para a LXX que Daniel passou a ser classificado entre os profetas.

Na Bíblia Hebraica, Daniel não está alocado nem nos profetas anteriores e nem nos posteriores. Dentro da *Tanak*, na divisão dos *Ketubim* (Os Escritos), existem outras divisões internas, a saber: Livros Poéticos (Salmos, Jó, Provérbios), os Cinco Rolos, lidos nas festas – os *Megillot* (Rute, Cantares, Eclesiastes, Lamentações e Ester) e a última divisão, a dos Livros Históricos é aberta por Daniel que é seguido por Esdras e Neemias e Crônicas. Para a literatura judaica, Daniel não é um profeta. Mas na Bíblia Cristã (católica ou reformada) Daniel está no meio dos Profetas, subdividindo os Profetas Maiores e os Profetas Menores

1. Ver: SICRE. *Profetismo em Israel*, p. 74-92.

(que na Bíblia Hebraica se chama o Livro dos Doze Profetas), dentro do compêndio inteiro dos Profetas Posteriores.

Não há sinais do profetismo clássico em Daniel como a vocação profética, a fórmula tradicional dos oráculos, com os ditos de desgraça e os de salvação. Não há enfrentamento com os governantes quanto ao abuso do uso do poder, a miséria social e as regalias da corte. Como cativo, e numa condição estabelecida pelo próprio governo de Yahweh sobre Israel, Daniel não tinha condições de atuar na corte como voz de Deus como Elias fez com Acab. Quando Daniel aborda um rei, ele o faz com temor e submissão e não como autoridade divina sobre o rei.

Daniel é um serviçal de um palácio, um dos deportados de Israel, transformado em eunuco de um rei estrangeiro e idólatra (2Rs 2,18 e Dn 1,1-3), numa posição de constante subserviência, em tempos de imperialismo e expansão de territórios de Babilônios e Persas, que interpreta sonhos reais e recebe visões tensas demais para a estabilidade de qualquer soberano imperial. As visões e sonhos que ele teve foram para tempos tão longínquos que ninguém da geração do próprio Daniel viveu para vê-las sendo ou não cumpridas. Fora os sonhos e visões que interpreta, Daniel é apenas um dos muitos eunucos do rei, que durante os dias de Nabucodonosor interpretava sonhos. Nos dias dos outros reis sequer era evidenciado na corte como um personagem importante, já que nos dias de Baltazar ele teve que ser lembrado na corte, por parte da rainha mãe, sobre o dom que possuía (Dn 5,10-11).

Apenas no fim da vida, já nos dias de Dario, o rei medo que governou em Babilônia no período Persa, provavelmente entre os anos 522 a 486 AEC<sup>2</sup> é que Daniel passa a ocupar uma posição importante e de destaque no governo, como alguém que exerce autoridade política em nome do rei sobre satrapias (Dn 6). A extensão da existência de Daniel, conforme o relato do livro, é extraordinária numa época em que a expectativa de vida era bem mais baixa que nos dias atuais. Considerando a extensão cronológica contida no livro, se Daniel viveu tudo que ali está narrado, ele pode ter vivido mais de cem anos. Surgem a partir daí outras questões sobre o livro como a unicidade linguística do texto compilado (quem afinal está contando o quê sobre Daniel?), sua época de redação e a historicidade do próprio Daniel (é Daniel um personagem concreto do período Babilônico e Persa ou um personagem ficcional?).

A presença dos aramaísmos e do grego, para além do hebraico, aponta para uma redação realizada em camadas de diferentes datações e comunidades originais, cuja montagem final ocorreu num período no qual boa parte das visões já estava sendo cumprida. Por conta desta compilação tardia e com tão grande participação de escritores e leitores da diáspora no processo, o texto original ficou mesclado entre hebraico, aramaico e grego.

2. Ver: DONNER. *História de Israel e dos povos vizinhos*, volume 2, p. 532.

Nos diferentes cânones há também diferença de extensão do livro. No cânon hebraico Daniel possui apenas doze capítulos (tradição seguida no cânon reformado). Mas no cânon grego o livro possui outros dois capítulos, contendo três relatos não encontrados no texto hebraico: a História de Susana, Bel e o Dragão e a oração de Azarias.

Em Dn 1–12 os trechos 1,1–2,4a e 8,1–12,13 são apresentados em língua hebraica, e 2,4b–7,28 em língua aramaica. Na LXX há adicionalmente a oração de Asariá (3,24-45), uma breve transição (3,46-50) e o cântico de louvor dos três jovens na fornalha (3,51-90). Nos cap. 4–6 o texto da LXX diverge tanto do texto aramaico que se torna praticamente improvável que esse serviu de base para o texto da LXX. Há controvérsias se o texto preservado na LXX constitui um estágio prévio na história da tradição, em relação ao livro aramaico de Daniel nos caps. 2–7. É digna de nota a história do texto da LXX, abandonado no século III dC em favor de uma versão prévia, próxima ao livro aramaico de Daniel, confeccionada por Teodócio. Por isso o texto da LXX permaneceu em grande parte esquecido<sup>3</sup>.

Como dito até aqui, o livro não é integralmente hebraico, mas é composto por camadas redacionais nas três línguas. As histórias de Susana no capítulo treze é um adendo ao possível livro original de Daniel que foi conservado na versão mais antiga da LXX e numa versão mais recente da tradução de Teodócio. O mesmo se dá com o capítulo catorze, o relato sobre Bel e o dragão. Presume-se, então, que houve um original hebraico para tais capítulos, mas não se tem certeza se não foi finalmente composto já em grego. Suas tradições foram transmitidas separadamente. Enquanto a história de Susana remete ao período na Babilônia, Bel e o dragão remete ao período dos Macabeus. Em ambos os relatos o monoteísmo judaico aparece consolidado, algo que nos tempos babilônicos ainda estava em construção.

Em termos de gênero literário, Daniel é um livro apocalíptico no AT que se une aos apocalipses menores como os de Is 24–27, Is 33, bem como as literaturas apocalípticas encontradas entre os Apócrifos do AT. Ao ser adotado no cânon grego entre os grandes profetas, a reputação apocalíptica do livro ficou secundarizada enquanto sua reputação profética acabou crescendo<sup>4</sup>.

A redação do livro aconteceu por volta do século II AEC, durante a perseguição de Antíoco IV (entre os anos 167-163 AEC). Alguns pesquisadores admitem que o livro contenha elementos mais antigos, mas que pode ter sido escrito por um desconhecido pertencente ao grupo dos assídeos (1Mc 2,27)<sup>5</sup> e fruto de um

3. Idem.

4. Niehr, em: ZENGER *et al.*, *Introdução ao Antigo Testamento*, p. 450.

5. Ver: Introdução ao livro de Daniel, *Bíblia Vozes*, p. 1071.

longo processo redacional. Seu autor ou autores estavam empenhados em oferecer aos seus contemporâneos, durante a perseguição de Antíoco, as narrativas de ancestrais dos judeus recompensados pela fidelidade e salvos da tribulação pelo próprio Deus. A narrativa acontece em primeira pessoa numa parte do livro, mas na terceira pessoa em outra parte, evidenciando rupturas da coesão textual. Por isso, a historicidade do personagem Daniel é também alvo de análise na exegese.

As raízes da história da tradição do livro de Daniel do AT podem ser traçadas até a mitologia ugarítica, da era do bronze tardia, no personagem do rei Dan'ilu (KTU 1,17-19). Dan'ilu (= "Deus realizou justiça") é apresentado como juiz justo e detentor de capacidades mágicas e de clarividência. Ambos os traços são reencontrados na recepção desse personagem em Ez 14,13s, 19s e 28,3. O Daniel do livro de Daniel enquanto justo, intérprete de sonhos e descendente da casa real de Judá encontra-se igualmente na linha da tradição Dan'ilu ugarítico. Nisso não se deve ignorar que o livro de Daniel representa um escrito apocalíptico, de cujos aspectos típicos faz parte o uso de pseudônimos. A figura principal do livro de Daniel não representa uma pessoa histórica, e sim uma figura ideal<sup>6</sup>.

Se a história de Dan'ilu é contada desde o período do Bronze Tardio, estamos falando da era entre os anos 1550 a 1400 AEC (Bronze Tardio I) e entre 1400 a 1200 AEC (Bronze Tardio II, períodos A-B). Isso corresponde a um período pré-israelita. Ou seja, Israel passou a ocupar Canaã apenas a partir dos anos 1250 AEC e seguintes. Trata-se, entretanto, de uma tradição de um personagem mesopotâmico tão antigo quanto a própria existência do povo de Israel, assim como Jó, Henoc e outros personagens da tradição apocalíptica<sup>7</sup>.

Há também referências a um Danel, mencionado no Livro dos Jubileus (4,20), que teria sido tio-sogro de Henoc e pela genealogia bíblica teria sido bisavô de Noé. "É significativo que a forma do nome corresponda àquela do poema épico ugarítico de Aqat, proveniente de meados do segundo milênio e que fala de certo rei Danel como defensor dos direitos das viúvas e dos órfãos". A figura do sábio e justo Daniel parece ter se originado no ambiente cananeu<sup>8</sup>. De todas as formas é importante para os fins deste ensaio que entendamos Daniel como um personagem teologicamente construído. A força ideológica que existe neste judeu deportado que se mantém fiel ao seu Deus sob todas as circunstâncias, incluindo ser atirado à cova dos leões, é que possui a essência da pregação do livro a seus leitores, em tempos de dura perseguição.

6. Niehr, em: ZENGER *et al.*, *Introdução ao Antigo Testamento*, p. 454.

7. MAZAR. *Arqueologia na terra da Bíblia*, p. 51.

8. SELIN-FORHER. *Introdução ao AT*, p. 713-715.

### **Anacrônica mas concêntrica, a cova dos leões**

Como no cânon da Bíblia Hebraica preservou-se a versão com doze capítulos e não a versão com catorze dos cânones grego e latino, notamos que nesta configuração, a narrativa da cova dos leões assume uma centralidade forçada pelos compiladores finais. Ela interrompe os relatos lineares dos eventos da vida de Daniel até Belsazar (Dn 1–5), trazendo o relato da cova dos leões (Dn 6) em que Daniel estaria perto dos noventa anos, para prosseguir até o fim do livro com o ciclo das visões sobre os reinos, que ocorreu ao longo da vida de Daniel, porém bem antes do episódio na cova (Dn 7–12). Ela caduca a linha do tempo do personagem Daniel para dar centralidade à presença de um servo do Deus Altíssimo na corte da Pérsia, em constrangimento de morte por adorar a seu Deus.

Para compreender o episódio da cova precisamos entender a linearidade da vida de Daniel como um todo, já que se trata de um dos eventos finais de sua vida, e ela teria ocorrido da seguinte forma: depois de ser trazido para a corte numa leva de jovens deportados durante o cerco de Jerusalém (o que deve ter ocorrido por volta do ano 606/5 AEC), o jovem Daniel foi escolhido dentre os melhores e mais formosos filhos de Israel que possuíam linhagem real para servir a Nabucodonosor na corte (Dn 1,1-3). Ele e seus amigos foram colocados sob os cuidados de Asfenaz, o chefe dos eunucos, para o preparo físico, orgânico e intelectual demandados nos serviços de confiança e intimidade requisitados pelo rei. Este preparo deveria acontecer por um período inicial de três anos (Dn 1,3-5.18).

Algum tempo depois destes eventos, Daniel interpretou o sonho da grande estátua e depois disso passou a servir diretamente ao rei (Dn 2), o que deve ter ocorrido por volta de 603/2 AEC, o segundo ano de reinado de Nabucodonosor, de acordo com a narrativa bíblica. Seguindo a sincronia cronológica dos relatos, somente após estes episódios é que o rei teria ordenado a primeira (598/7 AEC) e a segunda deportação (588/7 AEC) para Babilônia. Durante este período, Joaquim também foi deportado e ficou encarcerado em Babilônia por trinta anos. Zedequias aliou-se com o Egito e depois foi morto (Jr 52; 2Rs 24–25).

O sonho da estátua que deveria ter alertado Nabucodonosor sobre os perigos da soberba de um rei, mas conforme o relato parece ter estimulado o rei a construir uma estátua, imagem de si mesmo, e quando os amigos de Daniel se recusaram a adorá-la, foram parar na fornalha (Dn 3), provavelmente entre os anos 587/562 AEC. Se os anos de 562 a 556 AEC foram os anos obscuros do rei Nabucodonosor entregue à loucura (Dn 4), que caiu do poder em 562 AEC e não é mais mostrado retornando ao trono, provavelmente este foi o período em que Babilônia foi governada por Evil Merodaque (562-560 AEC); Neriglissar (560-556 AEC); Labashi-Mardaque (556 AEC). E neste ano Nabonido assumiu o trono. O episódio da mão escrevendo na parede demarca o início da era dos Persas, quando Babilônia foi tomada.

Se em 539 Belsazar (Nabonido) deu o banquete e a existência de Daniel teve que ser lembrada pela rainha mãe (Dn 5), isso mostra que ele não era mais um protagonista na corte como fora nos dias de Nabucodonosor. Por outro lado, a narrativa dos capítulos sete em diante não mostra mais os reis tendo sonhos que precisassem da interpretação de um sábio. É Daniel quem tem as visões e sonhos como a dos quatro animais (Dn 7), do Carneiro e do Bode (Dn 8), o homem junto ao rio, e isto parece ocorrer no ambiente doméstico de Daniel e não no palácio real. Quanto mais Daniel vê, mais devotado à oração ele se torna e mais fragilizado fisicamente também.

A forma como Daniel se comporta diante do que vê é bastante relevante para o tema desta edição de Estudos Bíblicos. Ele não é o tipo de pessoa que, quanto mais vê, mais ele fala. Ao contrário, quanto mais ele vê, mais ele silencia, ele passa a usar mais tempo em oração, em leitura das escrituras que tinha em mãos no seu tempo e passa a empregar mais tempo confessando os pecados por si e pela nação (Dn 9 e 10). Só depois de toda esta trajetória biográfica é que, já velho, Daniel enfrenta a cova dos leões, pois Dario já era rei e isso tem um marco na linha do tempo da história universal.

### **Pensando como governante**

Daniel é um candidato à presidência subalterno a um grande império continental. O contexto político por trás destas narrativas envolve os anos 539/8 a 530 AEC, quando Ciro II iniciou seu império na Média e na Pérsia. Dario o rei da média ocupou Babilônia (Dn 5,31), e foi ele quem provavelmente estendeu o reinado de Ciro até o território dos caldeus, e não o próprio Ciro. Quando se fala de Ciro reinando sobre Babilônia estamos falando provavelmente de Dario reinando em seu nome, por meio da aliança medo-persa, pelo menos durante uma faixa de tempo.

Ciro promulgou o edito permitindo Zorobabel voltar a Jerusalém com uma comitiva para reconstruir o templo (Esd 1). Donner salienta 522 AEC como o primeiro ano de Dario no poder. Nesta época ocorrem muitos problemas envolvendo a continuidade da obra do templo em Jerusalém que perpassam os reinados de Dario I, Xerxes, Artaxerxes, Dario II. A obra foi embargada e depois retomada. Todos estes eventos devem ter ocorrido entre os anos 522 e 486 AEC.

Dario I fazia parte da dinastia Aquemênida que reinou na Pérsia até Dario III, o rei que foi derrotado em Gaugamela na batalha com Alexandre Magno, e que reinou quase duzentos anos depois (335-331 AEC). O império dos aquemênidas foi o de maior extensão da Pérsia, que depois de controlar o Egito geriu oito milhões de metros quadrados em três continentes: Ásia, África e Europa. Seu modelo sempre contrastou com o tradicional modelo cidade-estado dos gregos. Eram monarcas de nacionalidade iraniana, que unificaram tribos e nacionalidades e construíram um sistema complexo de estradas entre elas. Estas divisões regionais circundadas por estradas eram as chamadas satrapias.

Com uma extensão geográfica tão grande, a gestão passou a ser compartilhada com um corpo de confiança fiscal do imperador, os sátrapas, que eram cento e vinte no total, cada um representando uma porção étnico-cultural estabelecida por determinada grandeza geográfica. Ainda eram muitos governantes. Sobre os cento e vinte Dario decidiu nomear três, e entre estes três ele tinha um candidato para ser nomeado como presidente dos assuntos de satrapias. Este candidato era Daniel. Após uma longa vida de serviços prestados, Daniel estava sendo cogitado para um cargo de altíssima relevância em termos imperiais. Ele estava num momento único da vida, no qual sua integridade estava sendo reconhecida politicamente, tornando-o um homem de confiança do rei sobre todos os conselheiros locais. Neste momento ele enfrentou uma conspiração mortal.

Cento e vinte sátrapas governados por três, e estes três presididos por um único, que não era o rei, mas era o próprio Daniel, aquele judeu que trabalhava na corte. O Daniel elaborado ao longo do livro teve uma carreira de longos anos em ascensão. E agora ele não era mais um mero conselheiro. O poder político que lhe era delegado era equivalente ao de um presidente de uma nação da grandeza atual dos Estados Unidos sobre todo o continente das três Américas. O que destacava Daniel e o tornava tão especial era o “espírito excelente” (Dn 6,4) que residia nele, isso o tornara o homem mais poderoso no território, abaixo somente do próprio rei, semelhante a José no Egito.

Isso é muito significativo, porque devemos lembrar que o rei é estrangeiro, um medo-persa (iraniano) no território Babilônio (iraquiano). Ele não é um cidadão local, é um rei de outro país que assenta naquele trono para reger um continente inteiro, aliançado com Ciro. E entre os sábios e conselheiros locais, ele parece não encontrar ninguém digno da presidência do “ministério das satrapias”, a não ser alguém que também é estrangeiro em Babilônia. Não é por acaso que os presidentes nacionais começaram a manifestar a inveja que acabou lhes custando a vida.

### **O espírito excelente do senhor presidente**

A palavra sátrapa significa: protetor do poder. Ser um sátrapa não era ser um governador autônomo numa província qualquer, significava ser um defensor dos interesses do rei naquele lugar. Era muito mais que um mero governante, era um governante-tesoureiro sobre todo o império. A finalidade principal era garantir que o tesouro do rei não fosse lesado na captação dos tributos pela gestão provinciana. O que seria este “espírito excelente?” visto por Dario em Daniel?

No hebraico não está escrito “espírito excelente”, está escrito espírito, mas não qualquer espírito. Está escrita a palavra correspondente a espírito de Deus. A *Ruah* do Altíssimo. Uma palavra que aparece no AT como um fôlego, um respiro, um ar que passa dentro do ser humano.

É também o mesmo vento/espírito soprado nas quatro diferentes direções (Dn 7), o mesmo espírito que pairava sobre as águas no relato da criação (Gn 1,3), o mesmo espírito que soprava os ossos secos do vale, na visão do Ezequiel (Ez 37). É o ar em movimento, que tenta entrar por frestas (Jó 41,16), mas não consegue. Que gera a ventania de uma tempestade (Is 25,4; Hab 1,11).

É também a respiração de animais (Sl 104,27-29), de seres humanos (Is 42,5, Ez 37,5), e é criado por Deus (Jó 27,3). Quando esta *Ruah* de Yahweh deixa o ser humano, este desfalece, perde a coragem (Js 2,11 e 5,1) e o valor (Lm 4,20). É o fôlego de vida que vem da parte de Deus e habita no ser humano, que Deus decidiu que não mais habitaria para sempre no homem mortal que não suportaria esse espírito por mais de cento e vinte anos (Gn 6,3 e Jó 34,14 e 15). *Ruah* é o espírito que penetra na mente do homem (Ez 11,5 e 20,32), inclusive a teimosia que “endurece o coração” dos governantes (Dn 5,20) como aconteceu com Nabucodonosor, ou com o faraó.

Como aroma, *Ruah* traduz-se como o cheiro que chega às narinas de Deus (Gn 27,27, 1Sm 26,19) por meio de sacrifícios e ofertas de paz. Também descreve uma disposição de mente e de atitude. *Ruah* é o espírito de Caleb (Nm 14,24), de Senaqueribe (2Rs 19,7), é um espírito triste (1Rs 21,5), surpreso (Sl 77,3) ou contrito (Is 57,15), pode estar sereno (Pr 17,27, ciumento (Nm 5,14), paciente ou orgulhoso (Ecl 7,8). Caracteriza-se também como um espírito de sabedoria (Dt 34,9).

A palavra também é usada para denotar a consciência imaterial do ser humano (Is 26,9), que contém o espírito dentro de si (Pr 16,32; Dn 5,20). O ser humano é *Nefesh* e *Ruah*, carne e espírito, não que se contrapõem, mas que se sobrepõem. Um espírito que, quando se vai do corpo, o ser humano deixa de existir (Ecl 12,7).

Em grego a palavra ficou traduzida como *pneuma*. Na cristianização da tradição hebraica, a palavra *Ruah* passou a ser traduzida como Espírito de Deus ou Espírito Santo, mas, como vimos aqui, ela é uma palavra de ação mais profunda, com aplicações mais amplas, que se estendem ao campo das intenções, das mentalidades, das forças e das ações que colocam a vida em movimento e trazem motivação ao ser humano.

Pyne finaliza sua longa análise lexicográfica da seguinte forma: “*Ruah* é o princípio da vida racional e imortal do homem e possui a razão, a vontade e a consciência. Outorga a imagem divina ao homem e constitui a dinâmica vivificante que resulta no *Nefesh* do homem como sujeito da vida pessoal. (...) é a força ou poder da vida<sup>9</sup>. Todas estas manifestações de *Ruah* parecem estar presentes na elaboração teológica do personagem Daniel, de modo a destacá-lo entre os demais políticos interessados no cargo presidencial.

9. Pyne, Ruah. Em: HARRIS, et al. *Dicionário de Teologia do AT*, p. 1407-1409.

### Corrupções durante o dia

Os eventos narrados no capítulo 6 mostram uma intrincada articulação, conspirando contra Daniel, para torná-lo inepto diante do rei. Mas não é fácil desconstruir uma reputação construída ao longo de tantas décadas. Desqualificar alguém com uma amplitude de espiritualidade como a que se define na expressão *Ruah*, presente em Daniel, não foi simples. Como diz o escritor de Provérbios: “O coração do sábio é mestre de sua boca e aumenta a persuasão dos seus lábios” (Pr 16,23). Se *Ruah* é o ar que coloca as coisas em movimento, as palavras e atitudes de Daniel devem ter sido persuasivas por si sós. Transpirava integridade. Quem se dirigia a Daniel devia sempre esperar por julgamentos ponderados, justos, igualitários, não movidos por emoções pessoais nem interesses próprios.

As pessoas corrompidas sabem, e não é de hoje, que o ponto mais sensível de um íntegro é justamente a sua integridade. Uma pessoa íntegra, em geral, é acusada por pessoas corrompidas de inúmeras maneiras. O difícil é encontrar contra o justo a prova de sua falta, os sinais de que ele está corrompido. Mas tudo se complica quando a integridade de alguém confiável é colocada em dúvida. Por isso, foi ali que os outros sátrapas decidiram atacar. “Então, os colegas-ministros e os sátrapas se empenharam em descobrir em Daniel um motivo de acusação na gestão dos negócios do reino; mas não conseguiram descobrir culpa ou falta alguma” (Dn 6,5). Depois de malsucedidas tentativas de encontrar falhas no trabalho de Daniel, voltaram-se para seus valores e sua moral, pois sabiam que tais valores nutriam este espírito que em Daniel residia.

Não é fácil encontrar falhas em quem tem um trabalho impecável. É nesta hora que a comunicação exerce um protagonismo determinante na narrativa. Era mais simples criar mecanismos de distorção da lei, colocando-a contra os hábitos regulares de Daniel, de modo que seu simples viver diário, dentro da rotina usual, o transformaria num transgressor do que encontrar falha no seu trabalho. A lei foi torcida e as palavras forjadas num decreto de puro capricho pessoal

“Ministros do reino, prefeitos e sátrapas, conselheiros e governadores, *todos estamos de acordo* que se deve estabelecer por decreto real e ratificar a proibição seguinte: Toda pessoa que durante trinta dias *dirigir uma prece a qualquer deus ou homem, exceto a ti*, Majestade, seja *lançada na cova dos leões*. Agora, Majestade, dá força de lei a esta proibição, pondo tua assinatura neste documento, de modo que não se possa mudá-lo, como o exige a lei irrevogável dos medos e persas” (Dn 6,8-9).

Então o rei assinou o decreto (Dn 6,10). É interessante entendermos o mecanismo articulatório por trás deste requerimento. Para começar: o “*todos estamos de acordo*” não incluía o próprio Daniel, que não é mostrado como alguém concordando com o requerimento do decreto. É como aquele “chefe” que chega diante de

um funcionário e diz: “todos estão reclamando de você”, quando o “todos” é uma “meia dúzia” de três ou quatro pessoas contadas nos dedos de uma mão.

Em segundo lugar: “dirigir uma prece a qualquer deus ou homem”, exceto o rei. Isso deve ter causado um rebuliço de proporções absurdas nos hábitos de todo o povo, em geral. O dia a dia do palácio deve ter se transformado num verdadeiro caos. Primeiramente porque os reis na Babilônia não tinham *status* de filhos de deuses como no Egito Antigo, onde o faraó era considerado “filho de Rá” – o deus sol. Eles não gerenciavam “assuntos teológicos”, até onde se sabe. Outro ponto: não se podia fazer petições a mais ninguém, a não ser ao rei. Tais petições não estavam restritas a rezas, mas a petições como um todo, que normalmente poderiam ser delegadas a um funcionário encarregado. Podemos imaginar um trânsito incomum de milhares de pessoas pedindo coisas comuns, que podiam ser resolvidas por qualquer funcionário público, e que agora tinham que ser pedidas diretamente ao rei por trinta dias.

Em terceiro lugar, não havia neste dispositivo jurídico nenhuma intenção sincera de divinizar o rei ou reverenciá-lo de maneira perpétua, consistente e continuada. O decreto era passageiro, válido apenas por trinta dias (Dn 6,8)! Que reverência e reconhecimento é este que só deve durar um mês? E fora dito que o rei deveria autorizá-lo como estatuto perpétuo... Perpétuo com trinta dias de duração?

Em quarto lugar, não havia possibilidade de advertência, multa, prisão, apropriação dos bens do transgressor, nenhuma outra alternativa a não ser a morte. Não havia julgamento, condenação ou absolvição. Não havia um dispositivo que colocasse o culpado fazendo trabalhos forçados por trinta dias até o decreto expirar. Não se cria um estatuto perpétuo para uma medida provisória.

A lei fora criada para atingir uma única pessoa: Daniel. Atingi-lo naquilo que era sua rotina regular: orar a Deus três vezes ao dia. O decreto era um elefante burocrático impossível de ser monitorado: todas as petições sendo levadas ao rei. Deve ter sido um horror para Dario ou qualquer governante sensato controlar seu cumprimento.

### **Insônias durante a noite**

Quando os governantes são corruptos e se organizam para atingir seus alvos, eles atingem todo um segmento da sociedade completamente inocente e fora de seus jogos de interesse a reboque. Semelhante à decisão dos dias de Ester (Est 3,12-15), toda pessoa que adorasse outro deus que não fosse Dario estaria incluída na sentença da cova. Isso englobava não apenas todos os judeus deportados em Babilônia, que adoravam ao Eterno, como também todos os adoradores das outras divindades estrangeiras que residissem em Babilônia naqueles tempos de imperialismo. Por quê será que Dario não se opôs a assinar um decreto tão caduco e insano?

Podemos imaginar que Dario pretendia colocar Daniel acima dos demais presidentes porque ele era fraco de bom-senso, por isso carecia de um sábio de confiança ao seu lado todo o tempo. Ou então não tinha conhecimento dos joguetes culturais envolvendo os políticos locais, e como Daniel era confiável, ele precisava de um braço direito que não prejudicasse seu governo, colocando-o contra segmentos sociais inteiros por conta do interesse de alguns políticos. O fato é que aparentemente Dario desconhece o quanto o próprio Daniel seria afetado por tal decreto. Por não ter sido autoritário como a situação demandava, ou talvez por ter sido seduzido pela proposta de ser adorado por toda a população local, ele decretou sem refletir muito bem no que estava fazendo, por isso arrependeu-se depois.

Daniel permanecera fazendo o que sempre fizera. Depois de todos aqueles anos, Ciro autorizara os israelitas a voltarem para sua terra natal. É natural que um personagem que tivera tantas visões envolvendo mudanças políticas internacionais estivesse com um peso de preocupação pela volta de seu povo para Judá, viagem que ele mesmo não faria, por estar devidamente empregado como funcionário público do império. Diante de tantas mudanças políticas que ele, como um visionário, tinha experimentado, e percebendo as estruturas de poder consolidadas por trás de toda entronização e toda deposição de reis, é natural que Daniel soubesse que o reassentamento na terra natal não seria um evento muito tranquilo. Ele sabia também que o povo seria duramente perseguido por um rei grego que ainda se levantaria no cenário internacional, embora ele não soubesse quando.

A narrativa mostra um Daniel que gerencia as crises por meio de uma vida de oração. E reza/ora muito. As crises que o levam a orar tanto são políticas! Os invejosos passaram a “montar guarda” sob a janela de Daniel para surpreendê-lo em flagrante oração (Dn 6,11-13). Chega ser difícil imaginar que haja seres humanos capazes de tanta maldade, mas os dias atuais têm nos mostrado que quando pensamos que já vimos de tudo, somos surpreendidos por mais um ato da ganância humana e das disputas por poder.

O redator dá alguma visibilidade ao caráter frágil de Dario. Ao ouvir a queixa dos reclamantes, ele não se mostra indignado, mas penalizado por Daniel (Dn 6,14). Ele tenta mudar a própria lei que assinara sem a devida ponderação (Dn 6,15), mas, não conseguindo, ficou preso a ela. Dario devolve para o Eterno uma situação que ele mesmo criou com sua insensatez: “Teu Deus, a quem tu prestas culto com tanta perseverança, te salvará”. A expressão é ao mesmo tempo um desafio ao Deus de Daniel, um desdém pela obstinação de Daniel em persistir adorando a um Deus que em tese nada poderia fazer, um orgulho ferido, por não ter feito Daniel reconsiderar o alvo das suas preces, e um embaraço, de reconhecer que passara um atestado de estupidez para si mesmo, concordando com a criação de um dispositivo que mataria seu principal candidato à presidência das satrapias. Não foi uma decisão inteligente concordar com aquele decreto. “Que o teu Deus te livre” (Dn 6,16)! E mandou jogar Daniel na cova.

A pedra que foi colocada sobre a cova recebeu selos de todos os políticos envolvidos na decisão e construção do decreto, a começar pelo rei. Colocar aquela pedra sobre a cova era entregar Daniel para o confinamento de morte. Só sairia dali destroçado e para ser jogado numa vala de indigentes. E foi assim que Dario recompensou seu funcionário mais íntegro (Dn 6,17).

O redator mostra um rei que perde a paz pela condenação que atribuiu a uma pessoa inocente. Qualquer governante de bom-senso perde a tranquilidade quando se percebe enredado em processos forjados para destruir pessoas e praticar a injustiça de maneira legítima. Ficou profundamente agoniado com sua própria atitude. Não se permitiu ser alegrado e nem distraído. Recusou a comida, a música e as danças.

Quando um governante rompe com o direito e cede à pressão dos políticos corruptos a justiça entra em luto. A pior morte que pode existir para um governante, que depende do apoio de seu povo para governar em paz, é a morte provocada pela ruptura com seus valores, com aquilo em que ele acredita. Todo governante é investido com poder de governo para reinar/governar com justiça sobre um determinado grupo social. Jesus falou, certa vez, que nenhuma autoridade é concedida a nenhum homem se não tiver vindo do alto. Todo poder constituído possui uma autorização do Deus Eterno para ser exercido nesta terra. E quando um governante vende ou negocia seus valores por conta dos interesses pessoais dos partidários que lhe circundam, ele vivencia uma morte em relação à sua própria função de governo com justiça.

O remorso dói. Como decidira confinar Daniel ao covil da morte, ele nunca teria a oportunidade de se reparar com seu funcionário mais correto (Dn 6,19-20). A noite de insônia aparece no relato como um espaço de tempo no qual Dario reflete sobre sua posição governamental, sobre seu uso do poder e de seu papel de executor da justiça. O maior milagre aconteceu nesta noite de insônia, na qual o soberano de um grande império reconhece que errou e não tem como voltar atrás. O milagre não foi Daniel sair ileso da cova depois. O verdadeiro milagre é narrado como sendo Dario descer do altar do seu ego, reconhecendo que, mesmo tentando governar com justiça, acabou procedendo inversamente.

### **Aos corruptores: os leões**

A narrativa prossegue com detalhamento incomum dos eventos deste período. Mal o sol começou a surgir, Dario correu ao covil com a pedra selada, esperando encontrar algo diferente de um homem destroçado por leões. A pergunta que ele faz é inegavelmente teológica: “Daniel, servo do Deus vivo! Então teu Deus a quem prestas culto com tanta perseverança conseguiu salvar-te dos leões”? A questão que está em pauta aqui agora é: Qual é o poder do Deus que você serve? Ele realmente é diferente de tudo que conhecemos? Valeu a pena tudo isso?

Para seu alívio, e para a moral da história de fidelidade a Deus intencionada na narrativa em todo o tempo, ele encontra um Daniel intacto, sem qualquer arranhão, que diz: “fui considerado inocente na presença dele; tampouco pratiquei qualquer crime contra ti, Majestade!” (Dn 6,21-23). O texto enfatiza que muito mais importante que ser inocentado por homens é ser inocentado pelo próprio Deus. Não havia qualquer garantia de que ele seria poupado da fome dos leões. O que ele mostra é que mesmo que a boca dos leões não tivesse sido fechada, não havia culpa nele, por isso fora absolvido pelo próprio Deus. Dario mandou retirar Daniel do covil, constatando que não havia um único arranhão nele. Mandou atirar seus acusadores com suas descendências no covil. Os leões devoraram os homens e suas famílias antes mesmo de chegarem ao chão (Dn 6,24). Pularam para tragar a maldade representada nos políticos corruptos como que a dizer: que a ruindade de vocês morra com vocês, que não fique vivo um único descendente que represente este “sangue ruim” para a posteridade.

O rei escreveu um manifesto às cento e vinte satrapias dizendo: “Promulgo o seguinte decreto: em todo o âmbito do meu império todos tremam de medo diante do Deus de Daniel. Ele é o Deus vivo que permanece para sempre. Seu reinado não será destruído e seu domínio não terá fim. Ele salva e liberta, opera sinais e maravilhas no céu e na terra. Foi Ele quem salvou Daniel das garras dos leões” (Dn 6,28).

### **Concluindo: No que isso nos diz respeito?**

O cenário político do Brasil em 2016 foi desanimador. Vivenciamos um dos anos mais difíceis e controvertidos da lógica democrática de uma nação. A desorientação é geral, o custo de vida é altíssimo, as pessoas se descontrolam nas redes sociais, fundamentalistas vociferam ódio e usam as palavras para montar suas próprias visões de realidade dos fatos, realidades unilaterais que são reproduzidas na mente de seus adeptos. Não sei se em outra época da história tivemos um caos instalado com tamanha intensidade. Estamos vivendo um tempo de cegos guiando cegos. Muito desta cegueira se reproduz nas redes sociais e na mídia como um todo. Está tudo tomado, a comunicação está contaminada como água virulenta. As pessoas já não sabem mais de onde beber sem ficarem adoecidas.

Dn 6 nos chega neste momento para recordar-nos da essência das coisas, fatores que não podem ser esquecidos. Movimentos de uma prática de espiritualidade diligente, ética, íntegra e integral, por parte de todos, do governante ao mais humilde governado.

A prosperidade política e socioeconômica de uma nação está intrinsecamente ligada à integridade de seus governantes. O reinado de Dario prosperou a partir do momento em que ele passou a usar seu poder para exercer justiça (Dn 6,28). Porque ele foi assessorado pelo homem mais confiável do império, aquele que era

incorrupível. Mas isso começou quando ele se arrependeu do mal que praticara e revogou seu próprio decreto ao quebrar o selo real sobre a pedra do covil.

Daniel, o homem justo desta narrativa, foi injustamente sentenciado por gente invejosa e gananciosa, que vendia seus próprios valores em troca de poder. Isso acontece com muitos de nós na atualidade. E normalmente reagimos muito mal ao processo de perder aquilo que nos é caro. Daniel primeiro perdeu tudo: cargo, casa, reputação, salário estável, nomeação política. Terminou no covil, sem garantia alguma de que seria preservado dos leões, a única certeza daquela cova era a morte. Aparentemente Deus se esquecera de Daniel.

A narrativa não nos dá material para entendermos os sentimentos experimentados por Daniel, talvez por ser um personagem teologicamente construído, ele é um herói, irredutível na sua fé. Mas é difícil de imaginar que o homem que chorava, se angustiava, ficava abatido e perturbado com as visões dos capítulos 7 a 12, neste caso não demonstrasse qualquer sentimento com o ocorrido. Um ser humano normal teria se indignado com a falcatura dos outros sátrapas, com as acusações injustas, com o desfecho do processo jurídico, sempre desfavorável a ele, mas beneficiando os corruptos. Será que ele ficou sereno o tempo inteiro? Será que se deprimiu por ter sido injustamente acusado? Será que sentiu agitação ou perdeu o sono? Qualquer pessoa sentiria tudo isso, por maior que fosse sua confiança em Deus.

Algo que a narrativa deixa evidente é que nem sempre, mas algumas vezes se permite que o justo seja punido de maneira injusta com algum propósito didático para um grupo de pessoas ao seu redor, que pode ser, por exemplo, o de incomodar outros homens justos que se permitem corromper. O covil fundo e escuro tirou o sossego de Dario. Fez um rei reconhecer seu erro. Daniel não foi poupado da cova, mas foi poupado da destruição voraz dos leões. A justiça divina não parece estar ausente da narrativa, ela só está se materializando com uma amplitude muito maior do que a restrita relação com Daniel.

No momento em que tinha perdido tudo, Daniel possuía apenas a presença do anjo do Senhor naquele covil, e aquilo adquiriu para ele significado essencial – era a única coisa que importava. Ele tinha a presença daquele que não deixaria “nada faltar” (Sl 23,1). Prosperidade verdadeira não é a abundância de recursos materiais, é o viver com o nada sentindo a certeza de que nada nos falta. O milagre da provisão acontecerá quando for necessário. Mas as bases da nossa fé precisam nos levar a um ponto de convicção de que temos tudo que é preciso.

Diariamente nos chegam notícias de nossos políticos enroscados em escândalos financeiros de muitos e muitos milhões, todavia lhes falta tudo. Falta-lhes a consciência incomodada, as noites de insônia pela corrupção praticada, a vontade de voltar atrás e reparar os erros que cometeram com as pessoas, com a nação, com seus eleitores. O maior milagre não é o de vermos todos eles presos e punidos. O

maior milagre será o de vê-los arrependidos, deixando seus maus caminhos, reparando a quem roubaram e defraudaram, como fez Zaqueu, o publicano.

Podemos estar sendo levados aos covis da injustiça diariamente em inúmeros contextos do nosso cotidiano. Mas qual é a certeza que temos nestes momentos? Temos a certeza que a justiça divina virá e não falhará, mesmo que, no nosso modo de ver, esteja tardando? Às vezes lutamos tanto para que nossa justiça prevaleça, sem nos darmos ao trabalho de sermos encontrados inocentes diante daquele que verdadeiramente importa: o Deus eterno.

Esse eunuco do rei que não vendeu seus valores precisa ser resgatado dentro de cada um de nós nos dias atuais, a começar por sua prática e disciplina de oração, de tentar ouvir a voz de Deus no silêncio, em meio aos tumultos da vida.

Daniel, o visionário, recebia muitas informações sobre o destino das nações. E o que ele fazia a respeito disso era orar, era manter-se inteiro e íntegro. Incorruptível. É um belo personagem bíblico que nos ensina que a espiritualidade profunda e efetiva ainda causa transformação no mundo.

Ele não era um sacerdote, não era um padre, não era um pastor, não era um teólogo, acostumado a tecer profundas reflexões sobre a existência. Ele simplesmente vivia sua existência com profundidade, com significado. Um funcionário público a serviço de um rei humano, que revelava a existência da justiça de Deus durante o exercício de sua profissão.

O melhor de nossa espiritualidade precisa acontecer nos locais onde passamos mais tempo: em nosso trabalho e com nossas famílias. Nestes espaços acontecem os maiores testes da nossa integridade e dos nossos valores. É aqui que a efetividade de nossa comunicação será consumada, quando nossos atos falarão mais do que meras palavras. Daniel nos mostra um caminho possível.

Se nos faltam governantes como Dario, capazes de arrependimento e de mudança de rumo nas suas atitudes, que não nos falem pessoas como Daniel, que vivam a Palavra, os ideais de Reino dos Céus proclamados pelo Verbo Encarnado, que comuniquem com a própria vida a justiça de um Deus que a tudo vê e não tarda em agir. Que não nos falem seres humanos que, ao invés de terem insônias durante a noite do dia corrompido, durmam o profundo “sono dos justos”, que persevera em paz mesmo diante da tribulação.

*Lília Dias Marianno*

Rua Dr. Aníbal Moreira, n. 104, ap. 102

20510-110 Tijuca, Rio de Janeiro, RJ.

E-mail: [lilia.marianno@gmail.com](mailto:lilia.marianno@gmail.com)

[eaglegestao@gmail.com](mailto:eaglegestao@gmail.com)